



46

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

Habeas Corpus nº 0008579-35.2013.8.17.0000(311.756-0)
Comarca: Petrolina
Juízo: Vara do Tribunal do Júri
Impetrante: Jairo Bandeira da Silva
Paciente: Jairo Bandeira da Silva
Procuradora de Justiça: Janeide Oliveira de Lima
Órgão julgador: Primeira câmara criminal
Relator: Des. Fausto campos

EMENTA: HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. RÉU PRONUNCIANDO. RETARDO NA INSTRUÇÃO CRIMINAL SUPERADO. SÚMULA 21, STJ. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO INTERPOSTO PELA DEFESA. CONTRIBUIÇÃO. SÚMULA 64, STJ. RECURSO JULGADO, EM VIAS DE VOLTAR AO JUIZ DE ORIGEM. COAÇÃO LEGAL

1. Encerrada a instrução criminal, sem registro de percalços, o réu foi pronunciado a julgamento perante o Tribunal do Júri Popular.
2. Proferida a decisão de pronúncia, restou superado eventual mora verificada na instrução criminal, conforme Súmula 21 do STJ.
3. A demora posterior à pronúncia decorre do regular trâmite do recurso em sentido estrito pela defesa do paciente, que ao exercer a faculdade legal de submeter sua irrisignação à Instância Revisora erigiu causa impeditiva ao julgamento pelo júri. Súmula 64 do STJ.
4. Ademais, o recurso interposto já foi julgado e os autos em breve baixarão ao juízo de origem para julgamento pelo Júri Popular.
5. Habeas Corpus denegado. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus, em que figuram como partes as acima nominadas. **ACORDAM** os Desembargadores integrantes da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada nesta data, à unanimidade de votos, pela denegação da ordem, nos termos do relatório, votos e demais peças que passam a integrar o julgado.

Recife, 24 de setembro de 2013.

Des. Fausto Campos
Relator



24

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

Habeas Corpus nº 0008579-35.2013.8.17.0000(311.756-0)
Comarca: Petrolina
Juízo: Vara do Tribunal do Júri
Impetrante: Jairo Bandeira da Silva
Paciente: Jairo Bandeira da Silva
Procuradora de Justiça: Janeide Oliveira de Lima
Órgão julgador: Primeira câmara criminal
Relator: Des. Fausto campos

RELATÓRIO

Jairo Bandeira da Silva, pronunciado por infração ao art. 121, § 2º, II e IV, do CP, nos autos do Proc. n. 0004190-17.2010.8.17.1130, em trâmite perante o Juízo da Vara do Júri da Comarca de Petrolina, impetrou habeas corpus em causa própria, aduzindo coação ilegal por excesso de prazo.

A inicial foi instruída com os documentos de fls. 11/13.

O feito foi inicialmente distribuído à relatoria do Des. Alexandre Assunção, que por despacho de fl. 20, determinou a redistribuição à minha relatoria, por dependência em relação ao RSE n. 286630-0.

Pleito liminar indeferido (fl. 25/25v). Informações requisitadas ao juiz primevo, que as prestou por ofício de fls. 28/29, noticiando a remessa dos autos a esta Corte para julgamento do recurso em sentido estrito defensivo.

Apensamento ordenado por despacho de fl. 35.

A Procuradora de Justiça, Drª. Janeide Oliveira de Lima, formulou parecer de fls. 40/42, opinando pela denegação da ordem.

É o relatório.

VOTO

O Impetrante/Paciente persegue o relaxamento da custódia cautelar que lhe restringe a liberdade, ao argumento de que se encontra preso desde **04.03.2010** e, embora tenha obtido a liberdade provisória em processo diverso, não fora solto em razão do decreto prisional ora vergastado.

Invoca o afastamento do disposto na Súmula 52 do STJ.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

Consta dos autos da ação penal em apenso, que o Paciente teve a prisão decretada quando do recebimento da denúncia, em **18.05.2010**.

A ordem prisional foi cumprida em **16.07.2010**, no Presídio Evaldo Gomes, em Petrolina, aonde já se encontrava segregado por outro motivo, conforme noticiado pela autoridade policial, mediante ofício acostado à fl. 60.

A instrução criminal transcorreu sem percalços, encerrando-se no dia **25.04.2012**, com a oitiva de testemunha defensiva e o interrogatório do réu.

Apresentadas as alegações finais do Ministério Público, no dia **06.06.2012**, as razões finais da defesa foram protocoladas em **18.06.2012**.

O Paciente foi pronunciado a julgamento perante do Tribunal do Júri, por infração, em tese, ao art. 121, § 2º, II e IV, do CP, mediante decisão exarada em **17.07.2012**, sendo-lhe negado o direito de recorrer em liberdade, restando superada eventual dilação havida na instrução criminal, nos termos da Súmula 21 do Superior Tribunal de Justiça:

Pronunciado o réu, fica superada a alegação do constrangimento ilegal da prisão por excesso de prazo na instrução.

Inconformado com a decisão de pronúncia, o Paciente interpôs recurso em sentido estrito no dia **23.07.2012**, recebido pelo Juízo em **26.07.2012**, ocasião em que foi aberta vista à defesa para oferecer as razões recursais.

Devidamente intimado, o patrono do Paciente ficou-se silente, ensejando o despacho de fl. 182, que determina a intimação do réu para constituir novo advogado, com o fito de arrazoar o recurso interposto.

As razões recursais foram apresentadas somente em **11.09.2012**.

Contra-arrazoado pelo Ministério Público, o juiz primevo manteve a decisão recorrida e ordenou a subida dos autos a esta Corte em **13.09.2012**.

Distribuído à minha relatoria em **05.10.2012**, o feito foi remetido à Procuradoria de Justiça que emitiu parecer em **10.12.2012**.

O recurso foi julgado por este Colegiado no dia **06.08.2013**, que à unanimidade negou provimento ao pleito, mantendo hígida a pronúncia, decisão que, inclusive, já transitou em julgado para a defesa do Paciente.



48

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

Portanto, a demora posterior à pronúncia decorre do regular trâmite do recurso em sentido estrito pela defesa do Paciente, que ao exercer a faculdade legal de submeter sua irresignação à Instância Revisora erigiu causa impeditiva ao julgamento pelo Júri Popular.

Logo, tendo dado causa ao retardo, o réu dele não pode auferir benesse, consoante verbete sumular 64 do STJ: ***Não constitui constrangimento ilegal o excesso de prazo na instrução, provocado pela defesa.***

Ademais, o recurso interposto já foi julgado e os autos muito em breve serão baixados ao juízo de origem para julgamento pelo Júri Popular.

Ante o exposto, **voto pela denegação da ordem pretendida.**

É como voto.

Recife, 24 de setembro de 2013.

Des. Fausto Campos

Relator